

EDITORIAL

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no cumprimento de sua missão constitucional e de seu compromisso estatutário, vem promovendo – ao longo dos anos –, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Cada atividade tem uma natureza que se integra às demais. Todas elas correspondem a um fazer pedagógico, cujo sentido e episteme devem ser mantidos na matriz do trabalho docente. Assim, a ação didática, praticada no ensino, por exemplo, não pode perder sua natureza pedagógica: formar, orientar, acompanhar, emancipar pensamentos e ideias e propor modos diversificados de reflexão que visem a autonomia desejável ao desenvolvimento profissional.

Igualmente é de se esperar que as atividades de pesquisa e de extensão, desenvolvidas nas instituições de ensino superior, tenham esse mesmo caráter pedagógico. A produção do conhecimento que pauta a pesquisa, por exemplo, deve manter suas características educacionais e se revestir de uma roupagem pedagógica capaz de fazer com que estudantes se vejam na contínua busca de novos conhecimentos, de novos fazeres e de novas ideias.

No campo da extensão, o *modus operandi* pedagógico deve ser o “carro-chefe” das ações propostas pelas Instituições. A extensão universitária é, portanto, um fazer pedagógico, em que as Instituições imbuídas de seu compromisso social agem em prol da articulação, da relação social, da difusão e da promoção de conhecimentos. A esse respeito, a extensão em sua natureza pedagógica é, também, uma prática educativa de formação profissional. Ela compõe elemento de formação, enriquece o desenvolvimento profissional e é indispensável ao perfil de profissionais e cidadãos que ensejamos formar nas Universidades.

Em muitos momentos, a questão sobre “o que é extensão?” vai e vem nos debates das Instituições de Ensino Superior (IES). Talvez essa questão já devesse ter sido superada para que consigamos melhorar o nosso “fazer extensão”, ao invés de questionar o que seja. Por outro lado, existe uma necessária renovação do ensino superior no entendimento de sua função principal, a qual seja: formar e desenvolver pessoal no campo de uma profissão. Isso tem um único propósito organizacional: formar é um ato contínuo educacional e pedagógico. Isso faz com que o sentido da extensão na Universidade, tanto quanto dos outros pilares constitucionais seja o mesmo: educar para o melhoramento da sociedade.

Isso nos remete à questão que se apresenta sobre: “o que é extensão?”. Essa vertente educacional das IES é o fazer pedagógico que implica em garantir que das múltiplas

aprendizagens que se deseja construir no ensino superior, uma delas é indispensável: aprender a se relacionar socialmente, a partir de ações sistemáticas e organizadas que visem transbordar o papel da Universidade. Sim, relacionar-se socialmente se aprende! A extensão, neste inteiro, guarda um componente que, por vezes foi negligenciado ou desvalorizado nos projetos dos cursos de graduação e em programas de pós-graduação: *a necessidade de ensinar nossos estudantes a se relacionar com a sociedade*. Dito de outro modo, o componente “extensão” é um fazer que transcende ações de natureza social beneméritas. Não é disso que estamos falando. Vai além, muito além!

Em sua dimensão pedagógica, a extensão promove saberes relacionais fundamentais para o perfil de profissional que estamos formando. Assim, capacidades teóricas, técnicas, instrumentais, éticas e políticas, isoladamente, não garantem que os indivíduos consigam transpor o conhecimento científico para além dos muros das Instituições. Ofertar um curso superior, portanto, é possibilitar que os sujeitos da aprendizagem saibam mais do que os conhecimentos encerrados nos projetos pedagógicos. Para além desses conhecimentos, é necessário saber relacionar, saber dialogar com diferentes setores da sociedade, saber construir estratégias de melhoramento das condições de vida das pessoas, saber que o conhecimento acadêmico, por si privilégio de alguns, deve ter comprometimento ético e social. Por óbvio que, para isso, precisamos respeitar os modos de compreensão da realidade em que as pessoas estão inseridas, sobretudo mais vulneráveis.

Sim, a extensão é um fazer pedagógico! Ela não é assistencialismo, mas em dinâmica mais ampla, promove formação social necessária aos egressos do ensino superior. Pela extensão, cuja natureza transborda o cotidiano da sala de aula, é possível ensinar os educandos a se relacionar com a sociedade e a ajudá-la a se emancipar e resistir aos diferentes mecanismos de controle ideológicos que se valem da desigualdade social.

A extensão possui, portanto, pedagogia específica, pois permite que a Universidade construa marcos referenciais pautados nas ações de interesse público e em temática voltadas para a educação, a saúde, os direitos humanos e justiça, a tecnologia e produção, o meio ambiente, a cultura, o trabalho e a comunicação. Essa pedagogia da extensão se volta para a promoção de ações e atividades que possibilitam a aprendizagem de estudantes a partir da interação dialógica, da interdisciplinaridade, do compromisso com a transformação social e de sua relação indissociável como ensino e a pesquisa.

A defesa que se faz, aqui, portanto é que a extensão – como campo pedagógico – é uma ação intencional que visa fornecer aprendizagens relacionais aos estudantes, a partir da eleição de questões prioritárias que, frente à complexidade e a diversidade da realidade, busquem traçar um atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

A necessária renovação do processo de desenvolvimento profissional passa pela inclusão de uma pedagogia da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e na organização da pesquisa. Isso se dá, à medida que esses projetos proporcionarem momentos de ação entre a IES e outros setores da sociedade, no intuito de dar sentido social aos conhecimentos acadêmicos. Essa ação, com tempo e espaço curricular específicos, deve ser preparada para ocorrer em diferentes momentos da formação, articulando os saberes das áreas do conhecimento com outros saberes intersetoriais e interprofissionais, cuja implicação leva os discentes a se perceberem como agentes de transformação social.

Para tanto, debruçar-se sobre como estamos formando as pessoas nas instituições de ensino superior é uma necessidade presente para que consigamos redesenhar o futuro do país. A aprendizagem possibilitada pela extensão transcende, por si, a aprendizagem endógena de alguns projetos pedagógicos. A extensão é o currículo em ação vivificado em atividades traçadas com a sociedade. Assim, mesmo que a extensão tenha momentos específicos no fluxo curricular, ela deve compor o cotidiano das escolhas didáticas e dos objetos de pesquisa, bem como suas implicações; pois ela é transversal ao currículo e mobilizadora dele.

Na esteira desta reflexão, os produtos da extensão – neste número da *Em Extensão* materializados em quatro artigos e doze relatos de experiência – podem ser inspiradores de novas ações, de novos fazeres e de novos olhares para a sociedade e para os projetos de formação e desenvolvimento profissional. Nossa esperança é que consigamos superar o discurso hegemônico da academia que, por vezes se enclausurou em seus próprios pressupostos se esquecendo de sua importante função social, sem a qual não há Universidade, tampouco, desenvolvimento profissional que se comprometa com o melhoramento da qualidade de vida das pessoas e com o bem-estar da população.

Hélder Eterno da Silveira
Pró-reitor de Extensão e Cultura